



PODER

Lula pressiona Motta contra votar a anistia

Presidente se soma ao movimento para barrar o PL dos bolsonaristas — que forçam a apreciação do regime de urgência da matéria — e cobra do deputado o andamento de projetos de interesse do governo, com apelo junto ao eleitorado

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» ISRAEL MEDEIROS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se ontem com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), como parte da ofensiva do Palácio do Planalto contra a pretensão dos bolsonaristas em tentar votar uma anistia para o ex-presidente, condenado a 27 anos e três meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal, e para os demais envolvidos na trama golpista. O recado foi no sentido de que esse projeto não interessa ao conjunto da sociedade, pioraria o já não tão bom diálogo com o STF — correndo altíssimo risco de ser derrubado na Corte por ser considerado inconstitucional — e que passaria à frente de pautas que o governo quer ver votadas o mais breve possível — como o PL da isenção do Imposto de Renda para salários até R\$ 5 mil por mês, além da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública e das medidas provisórias (MPs) da redução da conta de luz e do Gás do Povo.

Motta resiste em levar adiante o PL — a questão deve ser decidida, hoje, às 10h, na reunião de líderes. Nos bastidores da Câmara, os governistas sustentam que há condições de derrubar o requerimento de urgência por curtíssima margem. Os bolsonaristas asseguram ter mais de 300 votos a favor da matéria. Só que, caso a anistia inclua Jair Bolsonaro, parlamentares dos dois lados creem que a aprovação do mérito pode ser mais difícil. Ontem, o líder da oposição na Câmara, deputado Zucco (PL-RS), disse que Motta se comprometeu a pautar a urgência como “primeira pauta” nesta semana. “O presidente Hugo Motta chegou à cadeira, inclusive, com apoio da oposição.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Para Lula, a Câmara tem assuntos mais importante para se debruçar do que o projeto de anistia. Motta não tem simpatias pela matéria

Apoio de partidos que querem pautar a anistia. Nós temos já o entendimento de que essa anistia deveria ser votada e, na semana passada, o presidente disse que seria a primeira pauta a ser analisada nesta semana. Estamos cobrando e não tenho dúvida de que esta semana poderemos votar não só a urgência como também o mérito da matéria”, afirmou, em vídeo enviado a jornalistas. Os defensores da anistia

precisam de 257 votos para aprovar a urgência e de maioria simples para o mérito da matéria.

A pauta, no entanto, não é decidida apenas por Motta — é preciso haver entendimento com as demais lideranças. E um dos entes é o motim dos bolsonaristas, no início de agosto, que diminuiu ainda mais a simpatia do presidente da Casa pelo tema. O que mudou nas últimas

semanas foi o engajamento do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) — correligionário do deputado —, que veio a Brasília durante o julgamento de Bolsonaro para negociar o avanço do projeto de lei.

A saída para um eventual impasse entre governo e oposição que paralise os trabalhos pode ser trazer de volta a “PEC do Foro Privilegiado”, pela qual os

ex-parlamentares passariam a responder, na primeira instância do Judiciário, por eventuais crimes cometidos ao longo do mandato. Essa hipótese ganhou força por conta do voto do ministro Luiz Fux, na Primeira Turma do STF, que, além de absolver Bolsonaro pelos crimes de que era acusado, afirmou que o Supremo não era a Corte adequada para analisar aquele processo — e pediu sua completa nulidade.

Valdemar reconhece plano de golpe e recua

Cotado como nome da direita para a corrida presidencial de 2026, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, planejava uma nova rodada de conversas em Brasília, ontem, para tentar turbinar o projeto de anistia sobre a condenação de Jair Bolsonaro. Mas suspendeu a viagem por conta da má repercussão do comentário de Valdemar Costa Neto, registrada no Rocas Festival, em Itu (SP) — evento voltado ao setor de cavalos de luxo, no último sábado —, sobre a ruptura do Estado Democrático de Direito.

Em um debate ao lado do presidente do PSD, Gilberto Kassab — secretário de Relações Institucionais do governo paulista —, o presidente do PL discorria sobre a condenação de Jair Bolsonaro. Foi quando admitiu que houve o planejamento de um golpe de Estado, mas que isso, por si só, não configuraria crime.

“De fato, houve um planejamento, mas nunca se concretizou. No Brasil, a lei diz: se você planejar um assassinato e não fizer nada, não há crime. O mesmo vale para o golpe. O problema maior foram os acontecimentos do 8 de Janeiro, e o Supremo insiste em chamar aquilo de golpe. É um absurdo: pessoas com pedaço de pau, um bando de desordeiros quebrando coisas, e dizem que isso foi golpe”, justificou.

Bolsonaristas não perdoaram. Alguns fizeram críticas públicas a

Valdemar, como o ex-assessor de Bolsonaro, Fabio Wajngarten, demitido do PL em maio. “Quando não se tem o que falar, é óbvio que é melhor não falar”, disse. O jornalista Paulo Figueiredo, que acompanha o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) no lobby antiBrasil nos Estados Unidos, também se manifestou: “Como eu sempre digo: não estamos nesta merda de dar gosto à toa.”

Valdemar, porém, recuou do que dissera, diante da má repercussão do episódio. Por conta disso, divulgou nota na qual disse que seu comentário foi interpretado “de forma equivocada” e que usou a forma “condicional”, “no campo do imaginário”. Disse que se confundiu porque se sentiu à vontade no evento e que, em vez de “planejamento de golpe”, quis dizer “movimento de golpe”. O presidente do PL reforçou que Bolsonaro “sempre deixou claro que não aceitaria nada fora da Constituição” e que o ex-presidente conduziu a transição de governo de forma democrática.

“Estou aqui me justificando, dizendo que cometi um erro. Em vez de falar movimento, eu falei planejamento. Foi um erro meu e porque eu estava à vontade, num lugar, estava totalmente à vontade, falei e nem percebi que falei. Só depois, na gravação, vi o que eu falei”, afirmou, em entrevista à Band News TV. (IM)

Reprodução de vídeo



No debate de sábado, presidente do PL (E) afirmou que tramar um golpe, mas não executá-lo, não é crime



De fato, houve um planejamento, mas nunca se concretizou. No Brasil, a lei diz: se você planejar um assassinato e não fizer nada, não há crime. O mesmo vale para o golpe. O problema maior foram os acontecimentos do 8 de Janeiro, e o Supremo insiste em chamar aquilo de golpe. É um absurdo: pessoas com pedaço de pau, um bando de desordeiros quebrando coisas, e dizem que isso foi golpe”

Valdemar Costa Neto em debate num evento de cavalos de luxo, sábado, em Itu (SP)

Pedido de visita ao STF

Depois do constrangimento de ver o próprio presidente do PL, Valdemar Costa Neto, solapar a pressão sobre o projeto da anistia, o governador Tarcísio de Freitas, de São Paulo, pediu permissão ao Supremo Tribunal Federal para fazer uma nova visita, hoje, a Jair Bolsonaro. O STF também autorizou, ontem, outra visita ao ex-presidente: a do deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE), que foi o relator da anistia na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara. Desta vez, no entanto, o pedido de visita partiu do próprio Bolsonaro.

Valadares apresentou parecer favorável ao texto em setembro do ano passado. Apesar de ter relatado o tema na comissão, o parlamentar não foi confirmado como relator do texto no plenário da Câmara, onde o projeto deve chegar com alterações substanciais, já que o PL de Bolsonaro passou a articular em torno de uma minuta que estende os benefícios ao ex-presidente — embora, nos últimos seis meses, tenha negado que o objetivo seria incluí-lo e tenha argumentado que o caráter da anistia seria “humanitário”.

Além de Valadares, Moraes autorizou visitas de outras cinco pessoas. A lista tem Valdemar Costa Neto — com quem Bolsonaro quer se encontrar semanalmente —; o ex-ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida; o senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado; o líder do PL na Câmara, deputado Sôstenes Cavalcante (PL-RJ); e o senador Wilder Moraes (PL-GO). As visitas serão entre 19 e 26 de setembro. (IM)

Gilmar: voto “incoerente”

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, classificou como uma “incoerência” o voto divergente de Luiz Fux, que absolveu o ex-presidente Jair Bolsonaro dos crimes da trama golpista. O comentário foi feito ontem, em São Paulo, na inauguração do instituto de ensino do qual o decano do STF é sócio.

“Eu não o vejo assim (que o projeto de Fux fortalece a anistia). Acho até, com todas as vênias, como vocês costumam dizer, que o voto do ministro Fux está prenhe de incoerências porque, a meu ver, se não houve golpe, não deveria ter havido condenação. Condenar o (tenente-coronel Mauro) Cid e o (general da reserva Walter) Braga Netto e deixar todos os demais de fora parece uma contradição nos próprios termos”, disse.

O ministro acrescentou que, se integrasse a Primeira Turma, teria acompanhado o voto do ministro Alexandre de Moraes de “maneira inequívoca” e afirmou que uma eventual aprovação da anistia é “ilegítima e inconstitucional”. Gilmar também comentou as afirmações do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, no último 7 de Setembro na Avenida Paulista, e disse que “todos sabem que não há tiranias nem ditadura no Brasil”. “Quem assume uma posição tirânica no STF?”, indagou.

Quanto às sanções do governo dos Estados Unidos, classificou-as como “incabíveis”.